



O TEMPO SAGRADO DA FESTA PROFANA: reflexões sobre a Festa das Neves na cidade de João Pessoa-PB

Isaac Coriolano da Silva
Universidade Federal da Paraíba

Anieres Barbosa da Silva
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

As festas, de modo geral, fazem parte da cultura dos mais diversos povos. Desde os primórdios, o homem gravou no seu calendário anual àqueles dias dedicados ao tempo de agradecer, de comemorar e de celebrar os acontecimentos que se tornaram importantes, os quais devem ser lembrados ritualisticamente. Estabeleceu-se, desta forma, as datas festivas, seguindo princípios particulares. Nota-se, no entanto, que no período das grandes migrações regionais e extracontinentais, sobretudo com as grandes navegações do século XV, com o colonialismo/imperialismo e com o processo de globalização, determinados rituais e festividades passaram a fazer parte de outras sociedades, ainda que de forma inexpressiva. À luz destes fatos, colocamos em evidência neste artigo reflexões sobre a tradicional Festa das Neves; refletindo-a enquanto manifestação religiosa e fruto de um legado cultural para a cidade de João Pessoa-PB. Essa Festa, apesar de ser uma manifestação pública, denota o poder e o prestígio da Igreja Católica no passado, de modo que, atravessando os séculos, o tempo “sagrado” e a festa “profana” tornam-se presentes no cotidiano da cidade.

Palavras-chave: Religião; Festa; Organização espacial.

ABSTRACT

The parties, in general, are part of the culture of different peoples. Since the beginning, man has recorded in its annual calendar dedicated to those days when time to thank, commemorate and celebrate the events that have become important, which should be remembered ritually. It was established, therefore, the holidays, following principles individuals. Note, however, that the period of the great migrations regional and extra- especially with the great voyages of the fifteenth century with colonialism / imperialism and the globalization process, certain rituals and festivities have become part of other companies, albeit insignificant. In light of these facts, we put in evidence in this article reflections on the traditional Festa das Neves, while reflecting the religious expression and fruit of a cultural legacy for the city of João Pessoa. This Party, despite being a public demonstration, denotes the power and prestige of the Catholic Church in the past, so that,

through the centuries, while "sacred" and the party "profane" become present in the daily life of the city.

Keywords: Religion; Party, Spatial organization.

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica teve sua expansão, com o auxílio de Roma, quando o Imperador Constantino define o cristianismo como religião do Estado, por volta do ano 337 d.C. A partir das relações comerciais de Roma, ocorre à propagação das ideias de Jesus Cristo para novas áreas do mundo, com “o movimento dos primeiros missionários cristãos para as grandes cidades e centros do império romano (...) seguido por conversões e difusão para áreas vizinhas” (ROSENDHAL, 1995, p. 48).

Verifica-se, sobretudo, a sua espacialização para novas terras descobertas a partir do século XV, e de maneira especial para o Brasil no século XVI. Nas expedições ultramarinas realizadas por Portugal, a Igreja Católica estava intimamente vinculada à Coroa Portuguesa, vez que a primeira tinha a função de cristianizar e a segunda colonizar.

Burity (1988), diz que os franciscanos foram os primeiros religiosos a pisarem na Terra de Santa Cruz¹, rezando uma missa solene por Frei Henrique Soares de Coimbra, no ato da tomada de posse do território recém – descoberto. Foram também os únicos religiosos no período compreendido entre 1500 e 1549, quando os Jesuítas chegam ao Brasil. Por outro lado, coube aos Jesuítas a primazia sobre a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, ocorrida em agosto de 1585.

Contudo, a história que antecede o processo de fundação e crescimento da Capitania da Paraíba, e também da cidade de Nossa Senhora das Neves, revela-nos um período de conflitos entre os portugueses e os nativos e que teve como intermediário os missionários católicos, onde, por meio da instrução catequética, tornaram possível a ação colonizadora.

Contam os historiadores que o território da atual Paraíba pertencia à Capitania de Itamaracá, por volta de 1534. O sistema de Capitânicas Hereditárias instaurado pela Coroa Portuguesa vislumbrava a garantia da posse do território brasileiro por meio da doação de grandes porções de terras às famílias vindas de Portugal.

Vale salientar que, naquele momento, não apenas os índios apresentavam-se como empecilho à colonização portuguesa. Havia também o risco da perda do território pela presença de potências rondando o litoral paraibano, a exemplo dos

franceses, “que não aceitavam a divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas” (MELLO, 2002, p. 25).

Como a distância entre a Capitania de Itamaracá e a de Pernambuco (situada mais a norte) era grande e havia poucos habitantes e muito espaço a ocupar, não foi tarefa difícil para os franceses estabelecer o contrabando do pau-brasil, movidos pela exploração predatória e tendo como aliados os nativos.

Este fato, somado a tragédia de Tracunhaém, ocorrida na capitania de Itamaracá, promovida pelos índios com o auxílio dos franceses, e que gerou pânico as autoridades portuguesas de Olinda, foi decisiva para a criação, no ano de 1574, da Capitania da Paraíba, que tinha como um dos objetivos à contenção dos indígenas em seu próprio território.

A criação da Capitania da Paraíba também representava a possibilidade de avançar em direção ao norte, superando o obstáculo representado pela Paraíba, e, ao mesmo tempo, expandir a fronteira dinâmica da atividade canaveira (MELLO, 2002). Porém, como se sabe, isso não ocorreu de forma simples. Entre a criação da Capitania da Paraíba e sua ocupação, foram necessárias cinco expedições armadas: a primeira, realizada em 1575, estando à frente Fernão Silva; a segunda aconteceu em 1579, com João Tavares; a terceira, entre 1580 e 1582, com Frutuoso Barbosa; a quarta em 1584, com auxílio dos espanhóis Diogo Flores Valdez e Francisco Castejon e por fim, a expedição de 1585, chefiada novamente por João Tavares, a qual obteve êxito.

Passados estes episódios, os portugueses enfim conseguiram fundar a cidade de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa-PB (Mapa 1), com o auxílio dos missionários católicos em suas mais diversas ordens: Beneditinos, Carmelitas, Franciscanos e Jesuítas, os quais foram responsáveis pelas primeiras construções da cidade.

À vista do exposto, este artigo tem por objetivo refletir sobre a Festa das Neves, enquanto manifestação religiosa e fruto de um legado cultural para a cidade de João Pessoa-PB. Pela imposição de recursos simbólicos, a arte, por meio da iconografia, da língua, da construção de templos sagrados, do barroco e de outros signos, foi utilizada e possibilitou a criação de imagens subjetivas, tornando aceitáveis às representações pelos índios; instituindo-se um modo de vida totalmente regrada nos costumes e na moral cristã, inclusive, pelo estabelecimento de um calendário litúrgico.

À luz destes fatos, colocamos em evidência a tradicional Festa das Neves que, apesar de ser uma manifestação pública, denota o prestígio da Igreja Católica, de modo que, atravessando os séculos, o tempo “sagrado” e a festa “profana” tornam-se presentes no cotidiano da cidade.



Mapa 1. Localização da área de estudo.

DA CONSTRUÇÃO DA IGREJA DAS NEVES À FUNDAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA ATUAL CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

A expansão da fé católica foi realizada em concordância com a expansão do capitalismo comercial. As grandes navegações, iniciadas no século XV, propiciaram o conhecimento de novos territórios incultos, e a possibilidade de enriquecimento aos europeus. Mais do que isso, o contato do colonizador com outros povos desconhecidos permitiu ampliação de sua própria visão de mundo.

Deleuze e Guattari (1976) encontrado em Matte e Mosquer (2009) consideram que o imaginário dos viajantes europeus no auge da expansão ultramarina era cercado de sonhos, desejos e aspirações, que se voltava quase sempre para uma visão mítica - medieval, na busca de encontrarem o paraíso perdido.

Neste contexto, questiona-se: Será que realmente, a descoberta do Brasil e o primeiro contato dos portugueses com os índios suscitaram o pensamento de terem eles (re) descoberto o jardim do Éden², por causa da harmonia com a qual os índios viviam com a natureza, sem apego ao trabalho e sem vergonha de andarem com os corpos nus?

O encontro dos homens que andavam nus, sem a noção de culpa, com os europeus convenceu muitos que estariam perante uma parcela da humanidade que não teria caído em pecado (MATTE; MOSQUER, 2009), muito embora essa imagem logo viesse a ceder à ideia de um suposto “vácuo de cultura que deveria ser preenchido pela civilização europeia e a fé cristã” (MATTE; MOSQUER, 2009, p. 29).

Iniciava-se assim um processo de modificação de um espaço natural e de uma “cultura primitiva”, com o pretexto de que os índios precisavam ser educados para conhecerem a Deus e se livrarem da miséria, do sofrimento e da perdição. Nesse processo, os índios ficaram “privados de liberdade e apartados da natureza, também perderam a identidade cultural nas mãos de missionários religiosos” (AGUIAR; MELLO, 1985, p. 38.). Deste modo, os conquistadores portugueses, erguendo uma cruz, tomaram posse do território “descoberto” em nome da fé, visto que,

a ereção da Cruz equivalia à consagração da região e, portanto, de certo modo, a um “novo nascimento”. Porque, pelo Cristo, passaram as coisas velhas; eis que tudo se fez novo (II Coríntios, 5:17). A terra recentemente descoberta era “renovada”, “recriada” pela Cruz (ELIADE, 1992, p. 22).

O uso desse ritual era necessário. Foi preciso desterritorializar o indígena para constituir o espaço colonial brasileiro, enquanto a simbologia religiosa manipulava a vontade de Deus à ambição dos homens.

Como “o poder, antes de se difundir e antes de se esgotar, se cristaliza num lugar” (RAFFESTIN, 1993, p. 186), as primeiras cidades no Brasil Colonial tiveram quase sempre a mesma configuração, “uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações antigas” (MARX, 1980, p. 54). Assim, podemos inferir que é a partir desses lugares simbólicos que “o espaço se organiza, que uma temporalidade histórica se instaura, que uma primeira vida social se esboça” (RAFFESTIN, 1993, p.187).

Para esse autor, o espaço é anterior a qualquer ação. É uma espécie de matéria-prima, dotada de possibilidades à espera de atores que manifestem nele uma realidade própria a partir do seu apoderamento. Dessa maneira, a cidade, analisada por este prisma, se expressa como “obra da civilização, bem como lugar de possibilidades sempre ampliadas para a realização da vida humana” (CARLOS, 2007a, p. 19).

O conceito de espaço dentro da Geografia modificou-se ao longo do tempo, conheceu variadas conotações, evoluiu junto com as correntes de pensamento e teve seus momentos escalares, ora como foco principal dos debates, ora mais distante como coadjuvante. Enquanto coadjuvante, verificamos seus primeiros momentos na geografia tradicional, especialmente nos estudos de Ratzel e Hartshorne.

É preciso ter em mente, antes de tudo, que a Geografia enquanto ciência foi sistematizada apenas em meados do século XIX, após a formação de um corpo teórico-conceitual que a fez apartar-se das outras ciências e ganhar autonomia. Nesse momento inicial, os conceitos que se destacavam nos discursos eram paisagem e região. No entanto, Ratzel em sua obra “Antropogeografia” desenvolveu os conceitos de território e espaço vital:

O primeiro vincula-se à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais (CORRÊA, 1995, p. 18).

Nessa perspectiva, o espaço pode ser concebido enquanto espaço absoluto, ou, um “receptáculo que apenas contém as coisas” (CORRÊA, 1995, p. 18). Dentro desse espaço, a realidade presente estaria relacionada aos fenômenos físicos e humanos, e os resultados desta integração deveriam ter caráter único.

Apesar dessas primeiras abordagens, a análise do conceito de espaço só vai realmente aparecer no cerne do pensamento geográfico na segunda metade do século XX e/ou final da Geografia tradicional. Engajada ao setor público e privado, a geografia teórico - quantitativa, como ficou conhecida, surge num período onde a economia do mundo passara a ter a interferência do Estado, por causa da grande crise de 1929. Desta forma, o conceito de espaço discutido nessa corrente, desenvolveu-se atrelado a padrões matemáticos e fatores econômicos, por meio de duas concepções: a planície isotrópica e sua representação matricial. Para a planície isotrópica, o estudo inicia-se admitindo a uniformidade dos elementos naturais e humanos:

há uma uniforme densidade demográfica, de renda e de padrão cultural que se caracteriza, entre outros aspectos, pela adoção de uma racionalidade econômica fundada na minimização dos custos e maximização dos lucros ou satisfação (...) o espaço geográfico pode assim ser representado por uma matriz e sua expressão topológica, o grafo (CORRÊA, 1995, p. 20-22).

Posteriormente, no início da década de 1970, surgiria uma nova corrente na geografia: “a geografia crítica”. Os adeptos desta vertente buscaram racionalizar o conceito de espaço através de fundamentos filosóficos, como o materialismo histórico e a dialética. Para eles, o homem deve ser encarado como o ator principal, pois a sua relação com a natureza, por meio de técnicas particulares, produziria o espaço geográfico.

Para Santos (1980), o espaço é criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada e/ou socializada, e o trabalho, enquanto atividade essencial para a criação do espaço é entendida como uma “atividade humana que transforma um objeto determinado em um produto determinado, transformação efetuada por uma atividade humana determinada, utilizando instrumentos de trabalho determinados” (HARNECKER, 1973: p.28 *apud* MOREIRA, 2005, p.10).

No caso do Brasil a produção do espaço esteve inserida desde o início, “no padrão de desenvolvimento agenciado pelos colonizadores portugueses” (GALVÃO *et al*, 2009, p. 29), considerados como seres superiores em detrimento à inocência dos índios. Desenvolveram, portanto, “uma economia cujas finalidades não são a expressão de uma necessidade endógena que implica a permanência de uma estrutura, mas a expressão de uma vontade exógena” (GALVÃO *et al*, 2009, p. 34) e conquistada de forma arbitrária. Quanto aos índios, coube a estes ingressarem neste modelo sem que ao menos pudessem optar por um novo, que

privilegiasse a projeção das políticas, dos interesses, racionalidades e valores econômicos, sociais, culturais e ambientais, da parcela da nação brasileira que busca a agregação de renda à sua atividade, geralmente não como fim de acumular lucros, mas de garantir a sua sobrevivência digna e sadia (GALVÃO *et al*, 2009, p. 30).

Foi desse modo que os interesses de Portugal e da Igreja Católica, originaram uma configuração própria para as cidades que articula o espaço a partir do sagrado, ou seja, a partir das igrejas, ainda que o sagrado possua várias outras conotações, como por exemplo: “uma propriedade estável ou efêmera que pertencem a certas coisas (os instrumentos do culto), a certos seres (o rei, o padre), a certos espaços (o templo, a igreja, o altar), a certos tempos (o domingo, o dia de Páscoa, de Natal etc.)” (RAFFESTIN, 1993, p. 120).

Essas discussões ao entorno do espaço sagrado também tiveram vez dentro da geografia. Verificamos que na segunda metade do século XX, os geógrafos ditos “humanistas” buscaram através do plano do vivido, considerar “os sentimentos

espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência” (CORRÊA, 1995, p. 30).

A partir disso, percebe-se que o homem religioso identifica porções diferentes no espaço. “Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência forte, significativo, e há outros espaços não sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos” (ELIADE, 1992, p 31).

A imagem construída a respeito desses lugares simbólicos revela também, “a existência de uma coletividade soldada por ações criadoras de relações, que fundamentam diferenças específicas” (RAFFESTIN, 1993, p. 187). Explica-se assim, “a origem quase religiosa das cidades e o significado sagrado de certos lugares no interior da cidade” (RAFFESTIN, p. 186).

A cidade de Nossa Senhora das Neves (atual cidade de João Pessoa), incluída nessa lógica, também se caracterizou por similar formação e assim, nasce e cresce amarrada no entorno da Igreja de Nossa Senhora das Neves, que demarcara o centro da recém - fundada capital da Paraíba, nos idos de 1585.

Tendo em mente a lógica do processo mencionado anteriormente, a Igreja de Nossa Senhora das Neves desempenhou um papel fundamental. A sua história está intimamente ligada à fundação e o crescimento da cidade batizada com o mesmo nome. Com ela, ou a partir dela, foram iniciadas as obras de produção e organização do espaço, como por exemplo: o primeiro caminho existente na cidade, o qual compreendia uma ladeira que ligava a capela provisória de Nossa Senhora das Neves aos armazéns do Porto da Casaria, para embarque de mercadorias às margens do Sanhauá (MELLO, 2002). Esse caminho ficou conhecido como Ladeira de São Francisco. Posteriormente, foi aberta uma rua que recebeu o nome de Rua Nova (atual Avenida General Osório), à frente da Igreja das Neves (Fotografia 1).



Fotografia 1. Antiga Rua Nova, destacando-se a Igreja das Neves, no ano de 1877. Fonte: Filho (2003).

Segundo Almeida (1978, p. 95), as primeiras construções na Rua Nova foram a Casa da Câmara, a Cadeia e o açougue, situadas no local onde se levantou mais tarde o Convento de São Bento. Sequenciando esse processo de produção e organização do espaço, Nóbrega (1974) afirma que a primeira Casa da Pólvora e Armamentos existentes na cidade, também estava situada na Rua Nova, entre os anos de 1693 e 1704, mais precisamente no local hoje ocupado pela residência número vinte e um.

Um ano após sua edificação (1586), foi criada a freguesia de Nossa Senhora das Neves, e a capela foi elevada à condição de Matriz. Não por acaso, “as paróquias conferiam graus de importância às localidades, através da jurisdição e da nomenclatura eclesiástica. Daí termos usuais como freguesia” (MARX, 1980, p. 92).

Todavia, esteve por vários séculos a Matriz das Neves em fase de reparos e reconstruções. Segundo relata Barbosa (1994, p. 24), “de todas as igrejas levantadas na Paraíba, foi a Matriz das Neves a que com maiores dificuldades econômicas se construiu”.

A primeira igreja consagrada a Nossa Senhora das Neves, foi uma construção levantada às pressas. Tratava-se “de uma simples capela de tipo rural e pequenas dimensões” (BARBOSA, 1994, p. 18). Somente no ano de 1609 é que essa primeira capela veio a dar lugar a uma nova, com dimensão superior e construída no mesmo local.

No entanto, passados trinta anos, não havia sido ainda concluída a segunda Matriz das Neves. A referência que se tem, comprova a veracidade deste fato, ao dizer que, “é uma obra que promete ser grandiosa, mas até o presente não foi acabada e assim continua arruinando-se cada vez mais” (BARBOSA, 1994, p. 19).

De fato, como consequência da incapacidade econômica de concluir-se a obra, a segunda construção da Igreja das Neves ruiu por completa na primeira década do século XVIII. Com efeito, não demorou muito para que as obras de (re) construção de uma terceira igreja iniciassem, as quais terminariam no ano de 1741.

Deste modo, por meio da construção de espaços sagrados, por meio da arte e por meio da língua, as Ordens religiosas instaladas na atual cidade de João Pessoa-PB, foram imensamente favorecidas. Pela catequese, os índios que eram vistos como “meio feras e meio homens, se distanciaram da selvageria completa, pois já compreendiam parte do significado remetido pela Igreja Católica” (OLIVEIRA, 1999).

Submetendo os índios às leis e aos hábitos civilizados, as Ordens religiosas apresentaram-lhes o pecado, os fizeram usar roupas, afastaram-lhes da abundância da natureza, os fizeram trabalhar, apresentaram-lhes a existência de

um Deus que “recompensa o bem e que pune o mal” (BOURDIEU, 2007) e, por fim, desterritorializaram-o para territorializarem-se.

A arte nestes termos, ou seja, enquanto “linguagem simbólica e expressiva com que o homem presta veneração e respeito à divindade” (BARBOSA, 1994, p. vii), de fato, “não nos diz absolutamente nada sobre o que é Deus em Si mesmo. A imagem psíquica do divino no nosso inconsciente mantém incognoscível o Ser divino denominado de cima pelas igrejas. Ninguém pode conhecer a Deus” (JULIEN, 2010, p. 29). No entanto, como os índios poderiam questionar? Não tinham vez nem voz. Eram tratados como crianças “que deveriam ser obedientes, aceitar ordens de trabalho e abandonar seus costumes, dadas pelos adultos europeus que sabiam o que era melhor para eles” (MATTE; MOSQUER, 2009, p. 29).

Em virtude disso, e pela forte influência da Igreja Católica perante o Estado, não foi difícil estabelecer um modo de vida totalmente regrada nos costumes e na moral cristã, inclusive pelo estabelecimento de um calendário litúrgico que obedecia “o rito da Igreja oficializada” (MARX, 2003, p. 61). A implicação deste fato, em nível de exemplo, tem-se a tradicional Festa das Neves que, apesar de ser uma manifestação pública denota o prestígio da Igreja Católica nos primeiros tempos da atual cidade de João Pessoa-PB, e que perdura como legado cultural até os dias de hoje.

O TEMPO SAGRADO DA FESTA PROFANA: A “FESTA DAS NEVES”

As festas, de modo geral, fazem parte de um contexto maior que englobam as culturas de determinados povos. Desde os primórdios, o homem gravou no seu calendário anual, àqueles dias dedicados ao tempo de agradecer, de comemorar e de celebrar os acontecimentos que se tornaram importantes, os quais devem ser lembrados ritualisticamente.

Estabeleceu-se, desta forma, em cada sociedade, as datas festivas, seguindo princípios particulares. “Normalmente, entende-se por *feira* o fenômeno social que possui regras, leis e uma lógica própria que é identificada à cerimônia, ao lúdico, ao extraordinário” (MAIA; SÁ, 2008, p. 20). Por esse motivo, o significado e a compreensão desses cerimoniais são de alcance regional, uma vez que a imaginação acerca do evento está inserida no âmago do grupo social que a idealizou.

Mais do que uma simples comemoração, a cada festa realizada se reencontra o mesmo Tempo sagrado, aquele que se manifestara na festa do ano anterior ou na festa de um século atrás. “Em outras palavras, a cada ano relembramos a primeira aparição do Tempo sagrado” (ELIADE, 1992).

Para algumas sociedades primitivas, o Tempo é concebido enquanto Mundo ou Cosmo, e trata-se de “uma unidade viva que nasce se desenvolve e se extingue no último dia do Ano, para renascer no dia do Ano Novo” (ELIADE, 1992, p. 40), ou seja, a cada ano que se inicia, um novo mundo é recriado. A importância desse fato nos revela

o segredo do comportamento do homem religioso em relação ao Tempo. Visto que o Tempo sagrado e forte é o Tempo da origem, o instante prodigioso em que uma realidade foi criada, em que ela se manifestou, pela primeira vez, plenamente, o homem esforçar-se-á por voltar a unir-se periodicamente a esse Tempo original (ELIADE, 1992, p. 44).

Deste modo, a celebração do Tempo sagrado equivale a um retorno ao seu momento originário, onde as festas celebradas elucidam o Tempo excepcional de um acontecimento e a veneração desse fato compete aos seres mortais, incapazes de também os praticá-los. “A reatualização periódica dos atos criadores efetuados pelos seres divinos irá *illo tempore* constituir o calendário sagrado, o conjunto das festas” (ELIADE, 1992, p.46).

No entanto, nota-se que, no período das grandes migrações regionais e extracontinentais, e, sobretudo com as grandes navegações do século XV, com o colonialismo e com o processo de globalização, determinadas festas passaram a fazer parte do cotidiano de outras sociedades, ainda que de forma inexpressiva.

No processo de colonização do Brasil, o contato do europeu com o indígena marcou a difusão da fé Cristã por meio da catequese. Como consequência, houve uma diminuição da cultura nativa que se caracterizava pelos ritos animistas e aumento dos rituais Litúrgicos promovidos pela Igreja Católica. Sobre este fato, Rosendhal (1995) ressalta que:

A migração natural de pessoas que transmitem sua cultura e a migração de sistemas religiosos resultam em adaptações ou integrações de religiões a um determinado ambiente estranho, que pode alcançar um equilíbrio ou desenvolver mecanismos de conquista (ROSENDHAL, 1995, p. 49).

Assim, o Tempo sagrado da festa de Nossa Senhora das Neves, que ocorre todos os anos no mês de agosto, evidenciou, num primeiro momento, o anseio religioso do colonizador em tentar reproduzir no Brasil os laços afetivos que o ligassem a sua terra de origem. Posteriormente, com a aculturação dos indígenas, cristalizavam-se os significados da nova religião, por meio da experiência involuntária. Para Carlos (2007a):

as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Assim, a reprodução de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar (CARLOS, 2007a, p. 41).

Ao analisar os períodos festivos no Brasil, Maia e Sá (2008) afirmam que “as festas estão fortemente ligadas ao calendário religioso” e que normalmente, as cidades brasileiras de origem portuguesa ou espanhola, comemoram o dia da sua fundação com festividades que coincidem com o dia do santo (a), padroeiro (a) da cidade, e que este fato é

responsável pela denominação de muitas cidades brasileiras, a exemplo de São Sebastião do Rio de Janeiro, São Salvador e também da Cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa-PB, de abrangência mais local (MAIA; SÁ, 2008, p. 25).

Todavia, para alguns autores, a fundação da cidade de João Pessoa não se deu a cinco de agosto, “mas a quatro de novembro, conforme ficou demonstrado com base em dados irrecusáveis” (ALMEIDA, 1978, p. 99). Portanto, escolheu-se atribuir essa data, em comemoração exclusivamente ao dia de Nossa Senhora das Neves.

No caso particular da cidade de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), a cidade que acabara de nascer, não havia muitos lugares para o lazer e diversão das famílias recém-chegadas de Portugal. Logo, o tempo sagrado da festa das Neves era revestido de grande importância.

Esse evento tinha por objetivo assegurar a identidade do homem religioso a fim de que sua religiosidade pudesse ser manifestada por meio de uma festa popular; em suma, por meio de uma festa profana. Relatos informam que os festejos iniciavam-se com uma novena, ou seja,

nove rezas realizadas em noites sucessivas. Em cada uma dessas noites havia um divertimento diferente, do qual se encarregava um cidadão que, naturalmente, procurava sempre exceder o outro na pompa e no brilho da festa a seu cargo (AGUIAR; MELLO, 1985, p. 87).

A partir da citação acima, infere-se a existência de dois tipos de Tempo: um que se inscreve no dia exato do ritual religioso e outro que antecede ou se estende como manifestação profana, evidenciando o caráter popular e tradicional da Festa das Neves. No dizer de Maia e Sá (2008):

as festas que celebram os santos, mesmo que estejam também atreladas às comemorações cívicas, como as fundações das cidades, mantêm o caráter de ser um festejo popular, tradicional e também religioso, já que tem como princípio a devoção e o culto aos santos (MAIA; SÁ, 2008, p 28).

Nesse contexto, verifica-se que ao mesmo tempo em que a Festa das Neves servia de atrativo e movimentava a vida urbana da cidade sede da Capitania Paraibana, a Igreja Católica ganhava prestígio e incluía definitivamente no calendário civil (atual) as marcas de um calendário que um dia foi predominantemente litúrgico e “que era movimentado com uma comemoração atrás da outra, como as datas maiores da cristandade, as “festas reais”, as dos santos padroeiros ou de maior devoção” (MARX, 2003, p.61). Além do mais,

o próprio designativo dos dias da semana em português vem duma raiz muito antiga, segundo alguns estudiosos. A expressão “feira”, não usual em outras línguas para os chamados dias da semana, proviria de “feria”, que quer dizer dia de festa (Boléo). A numeração desses dias seria relativa à

semana seguinte à Pascoa, que outrora fora ainda feriado, e depois se generalizaria (MARX, 2003, p. 62).

Não se quer dizer com isso que entre os séculos XVI e XVII houvesse apenas manifestações religiosas na cidade sede da Capitania. No entanto, quaisquer outras festividades a que ocorrera revestiam-se sempre de cunho religioso, como, por exemplo, “nascimentos de príncipes, casamentos na família real, falecimento e consequentes aclamações de monarcas propiciavam uma série de festejos, que reuniam a solenidade oficial e a ação de graças católicas” (MARX, 2003, p.82).

Se para o sentido religioso, a data festiva tende a ser fixa e imutável, percebe-se em contrapartida que os eventos e as manifestações profanas atrelados à primeira tendem a sofrer modificações no tempo e no espaço.

Não se trata de uma mudança brusca ou repentina, aos poucos é que esse movimento fora acontecendo, e um dos fatores para essa evolução foi o “crescimento das povoações com o adensamento da rede urbana e o florescer dum tipo de vida mais nitidamente citadino” (MARX, 2003, p. 82). Com isso, “as festas religiosas vão cada vez mais incorporando elementos da vida laica” (MAIA; SÁ, 2008, p. 28).

As próprias modificações ocorridas pelo mundo foram responsáveis pelo surgimento de uma nova história, agora contada pela ciência. Com o fim da era medieval, as pessoas se livraram dos dogmas estabelecidos pela Igreja Católica e passaram a crer em um pensamento racionalizado e independente.

Ao espaço urbano pós-colonial brasileiro acrescentaram-se novos equipamentos, não mais atrelados ao mundo religioso. Uma nova referência infra-estrutural vai sendo posta ao plano do vivido relacionado ao pensamento iluminista que despontou na Europa entre os séculos XVII e XVIII. Percebe-se, então, um surto de modernidade e a paisagem com o tempo vai se modificando. “Os símbolos da religião (...) cedem lugar a outros, atinentes ao Estado. E mais, decidindo então a secularização aparente dos espaços coletivos, surgem variados equipamentos cuja função era prestar algum serviço público” (MARX, 2003, p. 158). Nesse novo momento,

muitos edifícios e espaços religiosos vão ser substituídos por espaços públicos: igrejas e adros são demolidos para serem construídos palácios, praças e jardins. Assim, os lugares de encontro e de festejos que estavam limitados às igrejas e adros, estendem-se cada vez mais ao espaço das ruas (MAIA; SÁ, 2008, p. 34).

Nesse processo, e com a separação entre o Estado e a Igreja, apreende-se que houve inclusive uma ruptura mítico-religiosa e social-profana, pois os eventos que no período colonial eram normatizadas pelas determinações eclesiásticas passaram a confrontar-se com o poder temporal da esfera política.

Com o aparecimento dessa nova sociedade, o comportamento do homem em relação à religião foi modificado. No entanto, se a modernidade trouxe inúmeros benefícios materiais, por outro lado, surgiram inúmeros desencantos.

Antigamente, antes do surgimento da modernidade, ao topar com uma causa de angústia e de incerteza, o sujeito humano costumava ter referências que lhe permitiam achar uma resposta. De fato, identidades culturais ou comunidades religiosas forneciam-lhes coordenadas claras e estáveis. Hoje, porém, sobretudo no Ocidente, a globalização, a economia de mercado, a tecnologia, o anonimato urbano, o desenraizamento generalizado e o declínio das autoridades familiares e públicas deixam o indivíduo perturbado e confuso (JULIEN, 2010, p. 9).

Nesse contexto, será que as concepções científicas apontavam para o fim da religião? A resposta não nos cabe. Cabe a nós, identificarmos o processo de reterritorialização empreitado pela Igreja Católica, que fez-la adequar-se as mudanças da sociedade, vislumbrando atender ao “apelo do homem moderno” (JULIEN, 2010).

Para Modanese (2009, p. 19),

o desejo produz fluxos desterritorializados que envolvem a produção e a reprodução e criam novas territorialidades. Neste novo, há elementos que permanecem do antigo território, são territorialidades reconstituídas na reterritorialização que são determinadas no mesmo processo, de forma simultânea.

Tomando por referência a festa das Neves, essa verdade evidencia-se quando analisamos a realização dos atos festivos ocorrendo pontualmente em lugares diferentes, mas fazendo parte do mesmo espaço político-administrativo, ou seja, no centro da cidade de João Pessoa-PB.

Importante dizer que a proximidade entre os eventos sagrados e profanos da festa das Neves, faz com que algumas pessoas que não dão importância ao ritual religioso participem das festividades. O fato delas participarem dos acontecimentos imediatamente próximos, inconscientemente ou não, essa articulação, somada a “subjetividade individual e coletiva evidenciaram as dimensões culturais, econômicas e existenciais, fundadas na base de sua formação” (MODANESE, 2009), pois, até mesmo as pessoas que se julgam ateus, via de regra, descendem de família religiosa.

Deste modo, enquanto na Igreja das Neves acontecem o novenário, as missas e as procissões, nas ruas próximas funcionam os parques (Fotografia 2), acontecem os shows e encontra-se o comércio. No entanto, “é o sagrado que delimita e possibilita o profano” (ROSENDHAL, 1996, p. 99). Foi assim no passado e assim o é no presente.



Fotografia 2. Lado profano da Festa das Neves.

Fonte: pesquisa de campo, Agosto de 2011. Acervo: Thiago Veras.

Nesse contexto, o lado profano da festa das Neves surge como forma de concentrar, em uma porção do espaço, as atividades comerciais e de serviços. Como consequência, atrai pessoas e promove uma dinamicidade, inclusive a de força de trabalho, pela presença de barraqueiros e ambulantes. Em outras palavras, há no espaço destinado ao comércio e ao lazer, uma mistura entre cerimônias religiosas e atividades profanas (ROSENDHAL, 1997).

O território organizado pela Igreja Católica, fundado “na experiência religiosa, exprime-se por meio de símbolos que extrapolam o entendimento (JULIEN, 2010, p. 30). Esses símbolos remetem o homem religioso imediatamente à experiência

do sagrado. Talvez tenha sido a inclusão e a comercialização destes elementos materiais que favoreceram a criação de um novo sentido ao território religioso, cujo papel é manter a ligação entre o antigo e o novo (SAQUET & SOUZA, 2009).

A Fotografia 3, expressa bem o contexto mencionado. Nela, verificamos várias imagens e esculturas de símbolos sagrados à venda, dentre os quais se destacam terços, rosários, cordões, escapulários, broches, fitas devotadas a Nossa Senhora das Neves, ou seja, a presença de um comércio especializado que confere aos fiéis, identificar-se com o grupo religioso.



Fotografia 3. Comercialização de elementos sagrados.
Fonte: pesquisa de campo, Agosto de 2011. Acervo: Thiago Veras.



Fotografia 4. Missa de encerramento dos festejos dedicados a Nossa Senhora das Neves. Fonte: pesquisa de campo, Agosto de 2011. Acervo: Thiago Veras.

O final dos festejos em homenagem a Nossa Senhora das Neves, é comemorado com uma missa na Basílica (Fotografia 4). Por ser uma missa solene, tradicional da cultura pessoense, o ritual Litúrgico da missa é acompanhado por grande quantidade de clérigos, leigos e ministrada pelo arcebispo, que é o chefe da Igreja Católica na Paraíba.

Diante disto, pode-se afirmar que cidade de João Pessoa, apresenta-se influenciada e envolvida pelas normas da Igreja Católica. As áreas públicas, os equipamentos urbanos e as festividades, estão estritamente relacionados às questões religiosas. O caráter marcadamente religioso do centro da cidade, cercada por adros, igrejas, cruzeiros, símbolos e outros lugares sagrados, assinala um momento onde os equipamentos urbanos referenciavam a única religião admitida. Essa situação estendeu-se por todo o período colonial e só foi sendo modificada com o advento modernizador do “século das luzes”, e também com a proclamação da República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de um conjunto de práticas elaboradas à colonização e a permanência da Igreja Católica aqui no Brasil, a arte, por meio da iconografia, da língua e outros signos foram utilizados e permitiram que fossem criadas imagens subjetivas, sobretudo com o auxílio da arte barroca, tornando aceitáveis as representações pelos índios. Deste modo, por meio da arte e da língua, as Ordens religiosas instaladas na atual cidade de João Pessoa-PB foram imensamente favorecidas, e constituíram um território religioso.

Em virtude disso, e pela forte influência da Igreja Católica perante o Estado, não foi difícil estabelecer um modo de vida totalmente regrada nos costumes e na moral cristã, inclusive pelo estabelecimento de um calendário litúrgico que obedecia ao rito da Igreja oficializada. A implicação deste fato, em nível de exemplo, foi evidenciada nesta pesquisa com a tradicional festa das Neves que, apesar de ser uma manifestação pública, denota o prestígio da Igreja Católica nos primeiros tempos da cidade de João Pessoa, e que perdura como legado cultural até os dias de hoje.

A verdadeira compreensão sobre o tempo sagrado da festa de Nossa Senhora das Neves, pouca gente conhece. Quando surgiu ou o que significa? São perguntas não frequentes e/ou irrelevantes, em especial para aqueles que apenas querem curtir o feriado, e levar a família para comer maça caramelada, batatinha frita e colocar os filhos para brincar no parque de diversão.

Portanto, as festas da Igreja, e em especial a festa das Neves, continuam popularizadas e transcendem a nossa compreensão. Entretanto, o que hoje se

apresenta como uma rica tradição popular constitui resquício da estrutura oficial de poder.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos**. Governo do Estado da Paraíba, João Pessoa, 1985.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária / UFPB, 1978, 2ª ed. V. I (Documentos paraibanos, 6).

BARBOSA, Cônego Florentino. **Monumentos históricos e artísticos da Paraíba**. Conselho Estadual de Cultura, SEC. Editora: A União 2ª edição, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das Trocas Simbólicas**. Trad. Sergio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURITY, Glauce Maria Navarro. **A presença dos franciscanos na Paraíba**. Rio de Janeiro; G.M.N. Burity, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p (a).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: A essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FILHO, Gilberto Lyra Stuckert. **Parahyba – Capital em fotos**. F & A, Gráfica e editora. 1ª Edição, 2003.

GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto; FRANCIELI, Mezzomo França; BRAGA, Luis Carlos. O território e a territorialidade: Contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão popular, 2009, p. 33-46.

JULIEN, Philippe. **A psicanálise e o religioso: Freud, Jung, Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MAIA, Doralice Sátyro; SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael. **A Festa na Cidade no século XIX e início do século XX: Lembranças e memórias da Cidade da Parahyba – Brasil**. Ateliê geográfico- Goiana GO, Agosto de 2008.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. **Nosso Chão: do sagrado ao profano**. Universidade de São Paulo – 2 edição, 2003.

MATTE, Nadja Regina; MOSQUER, Elí. Deleuze e Guattari e a desterritorialização. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão popular, 2009, p. 23-32.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa, A União. 7ª edição. 2002.

MODANESE, Ione Aparecida Zucchi. O capitalismo, a esquizofrenia e o território na perspectiva das máquinas desejanter. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão popular, 2009, p. 11-22.

MOREIRA, Emília de Rodat F. **O espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: Revista do LOGEPA. Série Texto Didático, 2005.

NÓBREGA, Humberto Carneiro da Cunha. **Arte Colonial da Paraíba; igreja e convento de Santo Antônio**. Universidade Federal da Paraíba, 1974.

OLIVEIRA, Carla Mary S. **Arte, religião e conquista: Os sistemas simbólicos do poder e o Barroco na Paraíba**. 132 p.il. João Pessoa, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Àtica, 1993.

ROSENDAHL, Zeny. **Geografia e Religião: Uma proposta**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC. Espaço e Cultura. Ano I - Outubro de 1995.

_____. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

_____. O sagrado e o profano. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 119-153.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SAQUET, Marcos Aurélio & SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão popular, 2009.

Contato com o autor: zackguitar@hotmail.com, anieres@uol.com.br

Recebido em: 28/01/2013

Aprovado em: 25/05/2013